

Uma Confissão Reformada Concernente à Hermenêutica

Dr. Greg L. Bahnsen

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Artigo 1

A PRERROGATIVA DE DEUS DE REVELAR A SI MESMO

AFIRMAMOS que Deus somente tem a competência e autoridade para definir o Seu caráter, obra e vontade, de forma que o conhecimento do homem depende da auto-revelação divina.

A FIRMAMOS que a única autoridade inquestionável para doutrina ou vida, quer para o crente ou a igreja corporativa, é o Espírito Santo falando na Escritura.

NEGAMOS que a especulação, imaginação ou tradição humana (mesmo que da igreja), ou raciocínio (mesmo que rotulado de “ciência”) tenha a capacidade ou direito de repudiar, substituir, corrigir ou complementar o que Deus revelou sobre Si mesmo, Suas obras ou Sua vontade.

NEGAMOS que as mudanças contínuas na erudição do mundo relacionadas à natureza ou história, ou as mudanças no estilo de vida dos incrédulos justifique por si mesmo modificar nossa interpretação da Escritura ou corrigir o que ela ensina.

Artigo 2

A EFICÁCIA DE DEUS EM REVELAR A SI MESMO

AFIRMAMOS que Deus é onipotente e soberano, de forma que nada O impede de revelar ao homem clara e infalivelmente Sua pessoa e atributos, Suas obras e Sua vontade.

AFIRMAMOS que o processo de transmitir a palavra de Deus ao longo dos anos não diminuiu a infalibilidade e autoridade da mensagem original.

NEGAMOS que algo sobre a mente humana e o seu funcionamento, qualquer característica sobre o idioma humano, ou a particularidade

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em setembro/2008.

temporal e cultural de toda comunicação, impeça Deus de entregar ao homem uma revelação clara e universalmente aplicável de Si mesmo, Suas obras e Sua vontade.

NEGAMOS que o uso de Deus da instrumentalidade humana em proclamar ou escrever Sua palavra signifique a falibilidade ou errância dessa palavra como um produto final.

NEGAMOS que a perfeição da Escritura seja incompatível com sua genuína autoridade humana.

NEGAMOS que a inerrância do texto original da Escritura se estenda automaticamente ao processo de transmissão e tradução.

Artigo 3

A AUTO-REVELAÇÃO NÃO-VERBAL DE DEUS NA ORDEM CRIADA

AFIRMAMOS que Deus revela-se continuamente como Criador, Sustentador, Governador e Juiz de toda a humanidade por meio da ordem e esplendor externo do mundo, bem como através da consciência interior do homem como um ser racional e moral.

AFIRMAMOS que essa revelação geral demonstra tão clara, eficaz e inescapavelmente a divindade, atributos pessoais, glória e vontade moral de Deus, que todos os homens são deixados sem escusa para o pecado e incredulidade, permanecendo debaixo de Sua ira e condenação.

AFIRMAMOS que, à parte da graça salvadora de Deus, o homem caído responde naturalmente à revelação geral de Deus procurando numa variedade de caminhos injustos (desde a repudição aberta à falsa religiosidade) suprimir e distorcer a verdade sobre Deus, resultando em raciocínio vão e entendimento obscurecido.

NEGAMOS que a revelação geral de Deus comunique Sua graça ou plano salvador, e que possa aliviar a grave condição espiritual, intelectual ou moral do homem.

Artigo 4

A AUTO-REVELAÇÃO DE DEUS NAS ESCRITURAS CANÔNICAS

AFIRMAMOS que, tanto antes como após a queda, Deus também revelou especialmente a Si mesmo, Suas obras e Sua vontade de várias formas: dirigindo-se a indivíduos, por eventos tipológicos e instituições rituais, pela proclamação inspirada através de profetas e apóstolos, e

supremamente pela manifestação pessoal do Seu próprio Filho, Jesus Cristo.

AFIRMAMOS que muitas dessas várias revelações divinas foram verbalmente registradas para todas as eras subseqüentes na Escritura canônica do Antigo e Novo Testamento, que é também a própria revelação de Deus ao homem como uma palavra de informação e poder.

AFIRMAMOS que em tudo das suas funções lingüísticas, quer louvores, promessas, mandamentos, ameaças, perguntas, garantias, exortações, confissões, narrativas ou ensino proposicional, etc., a Escritura é autoritativa como palavra de Deus.

AFIRMAMOS que a Escritura comunica não somente tudo das verdades teológicas e morais da revelação geral, mas vai além do que está disponível ao homem na revelação geral, por revelar de forma especial o plano gracioso de Deus de salvação e sua realização na história, focando-se sobre a obra de Jesus como o Cristo.

NEGAMOS que houve ou está havendo adições contínuas à revelação especial, além da finalização histórica do cânon da Escritura.

NEGAMOS que as verdades teológicas e demandas morais comunicadas pela revelação geral discordam do conteúdo teológico e moral da revelação da Escritura, quer em substancia ou em aplicação específica.

NEGAMOS que a autoridade de Deus possa ser separada ou posta em oposição à autoridade da Escritura, em parte ou no todo, sobre qualquer assunto que a Escritura aborde, incluindo detalhes da natureza ou história.

NEGAMOS que o julgamento ou afirmação humana que propõe interpretar e dar expressão à revelação geral não-verbal de Deus possa tomar precedência na teologia ou ética sobre a revelação de Deus, que foi expressa verbalmente.

NEGAMOS qualquer dicotomia ente um “cerne” inerrante e uma suposta “casca” errante da mensagem da Escritura.

NEGAMOS a inferência que, porque a Bíblia não se apresenta como um “livro-texto” num certo campo de estudo, o que a Bíblia ensina nesse campo pode ser descartado como errôneo.

NEGAMOS que a veracidade da revelação verbal de Deus possa ser confinada a questões de salvação eterna, ou restrita a uma ausência de engano deliberado pelo escritor, ou reduzida à Escritura realizando infalivelmente os propósitos pessoais de Deus em seu ouvinte ou leitor.

Artigo 5

A RELEVÂNCIA DA ERUDIÇÃO EXTRABÍBLICA

AFIRMAMOS que estudos extra-escriturísticos em campos relevantes a interpretação bíblica (e.g., lingüística, arqueologia, ciência natural, história) podem ser de grande benefício na elucidação do significado de um texto bíblico e aprofundamento do nosso entendimento deste.

AFIRMAMOS que quando tais estudos parecem conflitar com o texto bíblico, eles podem legitimamente ocasionar a re-examinação e possível correção de interpretações anteriores dadas ao texto.

NEGAMOS, contudo, que algum texto bíblico que tenha recebido seu sentido lingüístico apropriado (em semântica, contexto literário e teológico) possa ser desafiado, corrigido ou ignorado sobre a base de conclusões alcançadas pelos fálveis campos de estudos extra-bíblicos.

NEGAMOS que estudos modernos usando ferramentas eruditas sofisticadas ou tecnologia de computador possam produzir apropriadamente novas interpretações de qualquer texto bíblico, as quais os seus recipientes originais, sem tais ferramentas da erudição moderna, não poderiam ter obtido conhecimento a partir do próprio texto (mesmo que com a ajuda da revelação progressiva).

Artigo 6

O MÉTODO GRAMÁTICO-HISTÓRICO DE INTERPRETAÇÃO

AFIRMAMOS que a revelação verbal de Deus na Escritura tem como intenção ser uma comunicação pública e deve ser apropriadamente entendida segundo os mesmos princípios de interpretação que aplicamos a obras literárias não-esotéricas de qualquer ser humano.

AFIRMAMOS que a Escritura é interpretada corretamente somente quando interpretada de acordo com a sua letra (“literalmente”) no sentido normal, histórico e gramatical, levando em consideração o gênero literário de um texto (se figurado ou não, etc.) e o intento do autor (como determinado semanticamente, e pelos contextos literários locais e mais amplos).

NEGAMOS que a Escritura contenha sabedoria secreta ou significados ocultos e subliminares que são averiguados ao se aproximar da Bíblia a partir de um plano supostamente mais alto ou espiritual.

NEGAMOS que *insights* profundos e criativos e conexões artísticas na Escritura devam ser maximizados por linhas de interpretação que não seguem nenhuma regra de interpretação objetiva, definida ou

consistente, que fariam as conclusões publicamente previsíveis e corrigíveis.

NEGAMOS que a Escritura é apropriadamente manuseada por algum método “de prova de texto” que falha em consultar o contexto local de um texto, bem como o ensino completo da Escritura com respeito a qualquer texto particular.

NEGAMOS também que alguma verdade teológica ou moral (incluindo o grande tema ou ênfase da Bíblia como um todo) possa ser estabelecida sem que sejam fornecidos textos a partir da Escritura que a provem ou sem mostrar que ela segue-se por inferência lógica sadia dos tais.

NEGAMOS que a Escritura, como alguns alegariam sobre qualquer obra literária, é vazia de significado fixo e objetivo, de forma que sua linguagem não apresenta nenhuma revelação imutável, o intento do seu autor seja inacessível e toda leitura de um texto constitua uma leitura errada.

NEGAMOS que a evidência literária de expressão estilizada, ordem ou balanço num texto de Escritura impeça sua historicidade ou factualidade.

NEGAMOS que os autores bíblicos inventaram histórias ou tradições ilustrativas, e então narraram ou apresentaram as mesmas como se fossem eventos históricos reais.

Artigo 7

O AUTOR PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que Deus usou uma variedade de autores e editores humanos falíveis com diferenças em pano de fundo, personalidade, interesse, cenário e idioma lingüístico na produção das Escrituras e, todavia, o Espírito Santo foi em cada caso o autor primário da Escritura, requerendo assim que a Bíblia seja reconhecida como completamente verdadeira no que ensina e interpretada como um livro (com unidade, harmonia e consistência), não muitos.

NEGAMOS que o ensino de um autor bíblico possa ser posto em conflito com o ensino de outro autor bíblico, como se eles contradissem um ao outro, ao invés de complementar e enriquecer um ao outro em seu estilo, tema e afirmações distintivas.

NEGAMOS que qualquer autor da Escritura entendeu, interpretou ou aplicou erroneamente qualquer porção anterior da Escritura que ele cite ou a qual aluda.

NEGAMOS que, no tempo que os autores humanos da Escritura receberam a revelação do Espírito Santo, eles perceberam plenamente as plenas implicações de suas palavras ou como elas aconteceriam à luz da história redentiva e revelação adicional.

NEGAMOS que qualquer das crenças errôneas e limitações históricas da sociedade de um autor ou suas percepções pessoais incorretas foram incorporadas como verdade no texto da Escritura, exigindo assim a correção de especialistas modernos em ciência, história, sociologia, etc.

Artigo 8

A NATUREZA AUTO-INTERPRETATIVA DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que os temas normativos ou perspectivas conceituais pelas quais as verdades da Escritura deveriam ser organizadas e interpretadas podem ser extraídas a partir da própria Escritura.

AFIRMAMOS que os temas, perspectivas, estruturas ou princípios organizadores extra-bíblicos que são trazidos ao texto podem ser pedagogicamente convenientes ou eficazes no ensino da mensagem da Escritura, mas não têm nenhuma autoridade para determinar o significado do texto em si.

NEGAMOS que algum modelo ou perspectiva bíblica leve a conclusões morais que estão em divergência com as conclusões alcançadas por outros modelos ou perspectivas bíblicas.

NEGAMOS que o pré-entendimento ou horizonte pessoal que o leitor traz ao texto da Escritura possa funcionar apropriadamente para editar sua mensagem ou tornar sua mensagem não objetivamente uniforme para todos os leitores.

NEGAMOS que os detalhes históricos e culturais usados nos temas ou paradigmas bíblicos impeçam um entendimento verdadeiro do texto bíblico, obstrua os leitores de discernir seu sentido pretendido, ou impossibilite a tradução, proclamação e aplicação transcultural do que os autores bíblicos quiseram dizer.

Artigo 9

A CLAREZA DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que a mensagem central e a demanda de Deus na Escritura é tão clara, que qualquer ouvinte ou leitor usando os meios comuns e ordinários de interpretação literária podem entendê-la.

AFIRMAMOS que mesmo os mistérios divinos mais profundos que são revelados na Escritura são comunicados claramente e suficientemente, que com diligência eles podem ser coerentemente entendidos e ensinados.

NEGAMOS que todas as partes da Escritura são igualmente claras a todos os leitores, ou prontamente entendidas em si mesmas como outras partes da Escritura.

NEGAMOS que haja a necessidade de um papa, uma igreja ou concílio infalíveis, ou especialistas científicos modernos para interpretar o verdadeiro significado da Escritura e explicar a todos os homens o que devem ou não devem crer e obedecer.

NEGAMOS que o significado verdadeiro e pleno de algum texto bíblico seja múltiplo, subjetivo ou que varie de leitor para leitor.

NEGAMOS que algum aspecto da mensagem bíblica possa ser expresso somente em afirmações contraditórias insolúveis ou numa forma que requeira apreensão mística.

Artigo 10

O DESENVOLVIMENTO REDENTIVO-PACTUAL DENTRO DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que todas as administrações pactuais de Deus pós-queda completaram (e não contradisseram) uma a outra, sendo progressivamente reveladas facetas da mesma promessa única de Deus, que se cumpriu na pessoa e obra salvífica de Jesus Cristo.

AFIRMAMOS que o Antigo Pacto e Novo Pacto são um em propósito e substância, constituindo um Pacto da Graça unificado estabelecido por Deus, que ambos os Testamentos testificam sobre a pessoa e obra salvífica de Cristo como a mensagem central de toda a Bíblia.

AFIRMAMOS que sob as administrações do Antigo Pacto, os preceitos e marcas redentivas da pureza ou consagração ritual eram temporariamente prenúncios do Salvador, sendo um tutor que ensinou a justificação pela fé e levou a Cristo, que tinha o objetivo ou propósito para o qual toda a Escritura do Antigo Pacto apontava.

NEGAMOS que as sombras do Antigo Pacto que são encontradas nos preceitos ou regulamentos redentivos para a pureza ou consagração ritual são obrigatórios após o advento da realidade que antecipavam, o estabelecimento do Novo Pacto em Cristo.

NEGAMOS que a exclusão pelo Novo Pacto dos regulamentos do Antigo Pacto para redenção ou pureza e consagração ritual, coloque o Antigo e Novo Pacto em oposição ou antagonismo entre si.

NEGAMOS que o abandono dos aspectos redentivos e rituais do ensino do Antigo Pacto implique legitimamente no abandono de toda a instrução do Antigo Pacto, como se apenas aquelas coisas repetidas no Novo Testamento tivessem autoridade e aplicação contínua.

Artigo 11

A INSTRUÇÃO MORAL IMUTÁVEL DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que o caráter e comportamento moral que Deus requer do homem é um reflexo de Seu próprio caráter santo, justo e imutável, de forma que todos os homens em todas as épocas estão sob a obrigação de obedecerem à instrução moral encontrada por toda a Bíblia, tanto nas normas dadas por declaração generalizada, como nos princípios morais que fundamentam ilustrações e aplicações culturalmente específicas da Escritura.

NEGAMOS que Deus tenha um padrão duplo de moralidade (um para o Seu povo e outro diferente para as culturas do mundo incrédulo) ou qualquer noção de relativismo ético.

NEGAMOS que a conclusão de Cristo da salvação antecipada por todo o Antigo Testamento tenha cancelado a instrução moral previamente revelada por Deus.

Artigo 12

O TEXTO OBJETIVO COMO PADRÃO

AFIRMAMOS que o padrão pelo qual nosso Deus manifesta imutavelmente Seus santos requerimentos e guia o estilo de vida do Seu povo é apresentado especifica e definitivamente no texto de Sua palavra escrita.

AFIRMAMOS que o ensino e norma do texto escrito permanecem plena e unicamente a autoridade para o povo de Deus, quer eles estejam historicamente mais próximos da queda do homem da sua pureza original, ou da realização da redenção no primeiro advento de Cristo, ou da consumação da redenção na vinda final de Cristo.

NEGAMOS que Deus pretenda que o Seu povo viva por sua consciência ética em amadurecimento ou por algum padrão moral gradualmente em evolução que vá além, ou mesmo contra, o texto da Escritura, o fator de controle divinamente pretendido para a teologia e ética.

NEGAMOS que desde o fechamento do cânon da Escritura, o Senhor Jesus Cristo, que é o mesmo ontem, hoje e para sempre, agora guia a Sua igreja, à medida que se aproxima a consumação da história, para que esta tolere ou recomende práticas que foram anteriormente proibidas por Ele no texto inspirado do Novo ou Antigo Testamento (como interpretado e modificado pelo Novo).

Artigo 13

O PAPEL DO ESPÍRITO SANTO NO NOSSO MANUSEIO APROPRIADO DA ESCRITURA

AFIRMAMOS que, embora os incrédulos possam entender o sentido literal do texto bíblico, o discernimento, aceitação e aplicação salvíficos da palavra de Deus requer a obra do Espírito Santo de iluminação, regeneração, concessão de fé, fortalecimento e santificação.

NEGAMOS que um manuseio santo e justo, sistematização, ensino, proclamação e aplicação da Escritura possa ser realizado por homens não-regenerados, embora possa haver valor limitado em suas discussões sobre a Escritura.

Fonte: <http://www.cmfnow.com/>